Pedro Calmon
Max Justo Guedes
Gilberto Freyre
Eduardo Kneese
Maria Beltrão
Gilberto Valle
José Mindlin
Gerardo Câmara
Lourenço Lacombe
José de Queiroz
Alcídio Mafra
Américo Jacobina Lacombe
Rafael de Freitas

Ata da Centésima Sétima Reunião ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Secretaria da Cultura, realizada em 13.04.84.

As onze horas e trinta minutos do dia dezoito de abril de mil novecentos e oitenta e quatro, no Salão Nobre do Palácio da Liberdade, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a presidência do Senhor Marcos Vinícios Vilaça, sendo o secretário o Senhor Itapoan Cavalcanti de Lyra, presentes os Conselheiros Pedro Calmon, Max Justo Guedes, Gilberto Freyre, Eduardo Kneese de Mello, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, José E. Mindlin, Gerardo Britto Raposo da Camara, Diretor do Museu Histórico Nacional, Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial, e Alcídio Mafra de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Afonso Arinos de Mello Franco, Gilberto Velho, Maria da Conceição Beltrão, Alfredo Galvão, Henrique Mindlin, Diretor do Museu Nacional e Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa. Presentes ainda, a convite do Presidente, o Secretário da Cultura do Governo do Estado de Minas Gerais, Deputado José Aparecido de Oliveira, o Coordenador do Programa Nacional de Museus da Secretaria da Cultura do MEC, Rui Mourão, o Diretor da 7ª Diretoria Regional da SPHAN, Dimas Dario Guedes e o Diretor do Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), Rodrigo Ferreira de Andrade. Convidado pelo Presidente a abrir a reunião, o Secretário José Aparecido de Oliveira apresentou as desculpas do Governador Tancredo Neves, o qual, afirmou, gostaria de estar presente a reunião, só não o tendo feito por ter sido retido em outro compromisso. Manifestou, o Secretário, a satisfação do Governo do Estado em abrigar a primeira reunião, fora do Rio de Janeiro, realizada pelo Conselho Consultivo desde a sua criação. Acrescentou que "este fato renova a certeza de que o Conselho interpreta com fidelidade aquelas inspirações que desde a sua origem vêm sendo o compromisso de preservação, de valorização e de revitalização do nosso patrimônio cultural e do nosso patrimônio histórico". Destacando o fato da reunião preceder o Encontro Nacional de Política Cultural, a ser instalado em Ouro Preto no próximo dia 21, o Secretário disse estar certo de que esta reunião será "uma fronteira criada para a reflexão que se instala em Minas, sobre a política cultural do Brasil". O Presidente respondeu à saudação dizendo que a decisão de ampliar a presença do Conselho ao resto do país foi uma deliberação do Colegiado, como o foi também a de iniciar por Minas Gerais. Na oportunidade, prestou homenagem a dois ilustres mineiros muito ligados ao Patrimônio, Rodrigo Mello Franco de Andrade e Gustavo Capanema. Concluiu agradecendo a Minas, "nas pessoas do Governador Tancredo Neves e do Secretário José Aparecido, a deferência, o carinho da acolhida e o prestígio que nos concedem abrindo este Palácio para esta Reunião". Em seguida o Presidente solicitou a permissão do Secretário José Aparecido para iniciar os trabalhos. Neste sentido, passou a palavra ao Conselheiro Max Justo Guedes, Relator do Processo nº 1.027-T-80, relativo à impugnação do tombamento do imóvel de nº 441, do conjunto arquitetônico situado à Av. Nazaré, em Belém do Pará. Esclareceu o Conselheiro tratar-se de um conjunto neoclássico, de gosto luso brasileiro, tombado anteriormente pelo Conselho. Acrescentou que a impugnante alegou a seu favor prejuízos de ordem econômica, argumentando também pela ausência de valor histórico e artístico do conjunto. Prosseguiu dizendo que pela análise das informações constantes do processo as alegações da impugnante não procediam. Ponderou que uma possível destruição do imóvel, caso não fosse mantido o tom-

bamento, implicaria na destruição do conjunto que se pretende preservar, concluindo pela manutenção do tombamento. O Presidente colocou a matéria em votação tendo o parecer do Relator sido aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento à Ordem do Dia o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Gilberto Ferez, relator do Processo nº 1.101-T-83, relativo ao tombamento do prédio do Ginásio Pernambucano, situado na Rua da Aurora, na cidade do Recife, em Pernambuco. O Conselheiro iniciou seu parecer observando que o conjunto formado pelo prédio do Ginásio Pernambucano, da Assembléia Legislativa e do Palácio do Governo, representa um dos pontos altos da cidade do Recife, estando, no entanto, ameaçado por espigões que invadem aquele trecho histórico da cidade. Informou já haver legislação estadual protegendo aquela área, ponderando, porém, que ainda assim, seria de bom alvitre apoiarmos desde já o que vem fazendo a direção do SPHAN, isto é, tombar, após acertos com o Governo local, o Palácio do Governo, a Praça XV de Novembro e a Assembléia Legislativa e seus entornos, para protegermos em definitivo todo este conjunto histórico". Concluiu o seu parecer pelo tombamento imediato do prédio do Ginásio Pernambucano. O Secretário do Conselho pediu um apaite para informar que é intenção do SPHAN estudar a legislação estadual citada pelo Conselheiro, para transformá-la em legislação federal, oferecendo assim maior garantia à preservação daquela área da cidade do Recife. O Presidente colocou a matéria em votação tendo sido o voto do Relator aprovado à unanimidade. Em seguida o Presidente passou a palavra ao Conselheiro José Mindlin, relator do Processo nº 1.087-T-83, relativo ao tombamento da Igreja Matriz de Santo Antonio, em Itaverava, Estado de Minas Gerais. Após tecer considerações sobre a beleza e a importância do interior da Igreja o Conselheiro a ela se referiu como "bem cultural de excepcional qualidade". Fez referências elogiosas ao trabalho apresentado pelo SPHAN, juntamente com o IEPHA, acrescentando que o processo poderia servir de modelo a outros processos semelhantes. Prosseguindo o Conselheiro considerou conveniente a restauração da fachada da matriz na sua feição original em face dela ter sido totalmente descaracterizada por obras realizadas neste século. Recomendou também a realização de trabalhos de restauração que previnam a

deterioração do prédio. Acrescentou que o entorno da Igreja, e principalmente, mas não exclusivamente, o Sobrado do Padre Faria, também deveria ser objeto de estudo pormenorizado para fins de tombamento, concluindo: "opino pelo tombamento da Igreja em apreço, Matriz de Santo Antonio de Itaverava, com toda a imaginária, pintura e alfaias relacionadas no processo". O Secretário do Conselho, substituindo momentâneamente o Presidente, colocou a matéria em votação, tendo o voto do relator sido aprovado por unanimidade. Em seguida, o Secretário cedeu a palavra ao Conselheiro Aloísio Magalhães de Souza, relator do Processo nº 1.115-T-84, referente ao tombamento do Presépio do Pipiripau, localizado no Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais. O Conselheiro Relator iniciou dizendo tratar-se de pedido de tombamento de bem cultural tido como não consagrado, construído ao longo dos anos por um artista singular, Raimundo Machado de Azevedo. Destacou o valor tanto simbólico quanto estético do presépio, o qual apresenta cenas que ilustram dogmas da religião católica. Observou a variedade do material empregado na sua confecção, e o caráter aberto da obra, que assimilou novos elementos e incorporou o progresso tecnológico, especificamente no que diz respeito à eletricidade e ao cinema. Reportou-se ao parecer da Profa. Délia Coelho Frota, Diretora do Instituto Nacional do Folclore, no qual ela sublinha a importância da obra de Raimundo Machado Azevedo, comparando-a com a de dois outros artistas, Antonio de Oliveira e Manuel Jorge Medina. Neste sentido, o Conselheiro considerou conveniente que a obra dos outros dois artesãos mencionados fosse também objeto de estudo e proteção pela SPHAN. Embora louvando o esforço da Universidade Federal de Minas Gerais em adquirir o Presépio para preservá-lo, o Conselheiro, mais uma vez, endossou opinião da Profa. Délia Frota, de que tão logo quanto possível o Presépio fosse devolvido e reintegrado ao seu meio de origem. Acrescentou que a obra não deve ser dada como acabada, até à morte do seu criador, por ter ele o hábito de, anualmente, acrescentar novas figuras ao conjunto. Desta forma, observou, ainda que tombado o Presépio, deve ser permitido ao artista continuar interferindo na sua obra. O Conselheiro concluiu apresentando o seu voto favorável ao tombamento do presépio. O Presidente colocou a matéria em votação

tendo o voto do Relator sido aprovado por uma digo por unanimidade. Em seguida congratulou-se com o Conselho pela aprovação dos dois processos relativos a bens culturais de Minas Gerais, principalmente, por representarem eles duas vertentes diferenciadas: de um lado, um bem consagrado, a Matriz de Santo Antonio de Itaverava, de outro, um bem não consagrado, o Presépio do Pipiripau. O Conselheiro Roberto Cavalcanti pediu a palavra para referir-se ao lançamento "com o brilho e a repercussão merecidos", do 7º exemplar da coleção de Museus Brasileiros, relativo ao Museu da Inconfidência. Destacou a conjugação de esforços do poder público e da iniciativa privada no patrocínio da publicação. Em seguida propôs e viu aprovados por unanimidade, voto de louvor à Secretaria da Cultura do MEC e à Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), pela iniciativa, à ação da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI), à Mineração Brasileira Reunidas (MBR) e à Rede Globo, pela importante colaboração à divulgação da cultura nacional. O Presidente agradeceu a intervenção do Conselheiro Roberto Cavalcanti, determinando à Secretaria do Conselho que providenciasse o envio dos respectivos expedientes aos interessados. O Conselheiro José E. Mindlin pediu a palavra para comunicar ter recebido informações sobre o péssimo estado de conservação da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, na Paraíba, observando tratar-se de um dos mais importantes monumentos do período colonial brasileiro, o qual necessita de obras urgentes de reparação. O Presidente disse que determinará à SPHAN que averigue o assunto, através a sua 4ª DR. O Conselheiro Gilberto Freyre pediu a palavra para alertar o Conselho sobre a intenção, mais uma vez expressa, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, de construir um memorial ao ex-Presidente Getúlio Vargas no local aonde hoje se encontra o Chafariz, próximo ao Passeio Público. Diante da insistência das autoridades estaduais em não respeitar a vizinhança de bens tombados naquela área, o Conselheiro propôs como alternativa o estudo, pela SPHAN, do tombamento do Chafariz e da belíssima estátua de Gandhi, próxima a ele, como parte integrante do Passeio Público. A respeito o Presidente comunicou ao Conselho que já determinara à SPHAN urgentes providências acerca do assunto. O Conselheiro Eduardo Kneese de Mello manifestou sua satisfação pela oportunidade propiciada ao Conselho de, reunin-

do-se em Minas, manter contato com o Secretário da Cultura do Estado e conhecer o Palácio da Liberdade e o seu belo Salão Nobre. Prosseguindo, o Conselheiro referiu-se à casa do arquiteto Gregório Warchavchik, a primeira casa moderna construída no país, ameaçada pela construção de um conjunto arquitetônico de interesse comercial. Observou que a comunidade de Vila Mariana, em São Paulo, aonde se situa a casa, já se manifestou contra a ameaça, pedindo o tombamento não apenas da casa, como também do parque aonde ela se localiza, o qual foi planejado, preparado e carinhosamente mantido por Da. Mina Klabin Warchavchik, numa ação que antecedeu o movimento paisagístico que hoje se desenvolve no Brasil. Como ilustração do movimento comunitário em prol da preservação da casa e do parque, mostrou camiseta alusiva ao assunto, vendida pela comunidade. Acrescentou que o CONDEPHAAT está encontrando dificuldade na preservação do parque, por lacunas na legislação estadual. O Secretário do Conselho pediu um aparte para dar informação sobre os entendimentos que estão sendo mantidos entre o SPHAN, e o CONDEPHAAT, com vistas à preservação da chamada Casa Modernista, a que o Conselheiro Knesse Mello se referiu. Por solicitação do Presidente o Secretário deu conhecimento ao Conselho de Ofício do Diretor do Museu Nacional de Belas Artes comunicando o retorno ao Brasil das obras do pintor José Vital Malhoa, do acervo daquele Museu, cujo envio a Portugal foi autorizado na reunião do Conselho de 12.09.83. Prosseguindo, leu para os Conselheiros a carta enviada pelo Conselheiro Alfredo Galvão, no qual ele pede o seu afastamento do Conselho, por motivo de saúde. O Presidente lamentou profundamente as circunstâncias que obrigaram o Conselheiro a se afastar, lembrando os assinalados por ele digo os assinalados serviços por ele prestados à cultura do país e ao Patrimônio Histórico em particular. Acrescentou já ter enviado a ele carta pessoal, em reconhecimento por sua atuação na defesa do patrimônio nacional. Finalizou propondo o envio de expediente de igual teor do Conselho ao Conselheiro Alfredo Galvão no que foi apoiado por todos os presentes. Em seguida o Presidente comunicou sua ida, no dia seguinte, a Diamantina, para fazer a entrega à comunidade da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e ao Serro, para discutir com as autoridades locais o apoio que a Secretaria da Cultura poderá oferecer ao esforço da comunidade em preservar os seus bens cul-

turais. O Conselheiro Pedro Calmon pediu a palavra para louvar a ação da Secretaria da Cultura e do SPHAN, na restauração do Paço da Cidade, situado na Praça XV, no Rio de Janeiro. Destacou a importância daquele monumento na história do Brasil, tendo sido ele palácio dos vice-reis, de D. João VI, de D. Pedro I e de D. Pedro II. Por esta razão, acrescentou, manifestava a sua preocupação com a utilização que será dada ao histórico prédio após restaurado, tendo sugerido que o mesmo seja ocupado, em primeiro lugar, pelo Patrimônio Histórico, "que melhor que ninguém saberá zelar condignamente pelo edifício", e em segundo lugar que nele se realizem exposições que evoquem o seu passado de centro da política brasileira e da unidade nacional. Observou ser natural que a edificação se integre na corrente turística do Brasil atual, como um edifício que o público deseja ver, conhecer e evocar. Finalizou fazendo um apelo para que o Secretário da Cultura examine o assunto levando em conta o interesse, a prioridade, a propriedade moral daquele palácio para o patrimônio histórico nacional. O Presidente tranquilizou o Conselheiro dizendo que "nenhum passo a respeito do Paço será dado sem a audiência do Conselho Consultivo". Agradeceu, em seguida, a presença na reunião, de três mineiros aos quais se referiu como excelentes parceiros na execução da política do Patrimônio Histórico: Dimas Dario Guedes, Rui Mourão e Rodrigo Andrade. Prosseguindo, o Presidente devolveu a presidência da reunião ao Secretário José Aparecido de Oliveira, o qual agradeceu a honra com que Minas foi distinguida recebendo tantas e tão altas expressões da vida brasileira. Pediu licença para solicitar ao Professor Rodrigo Andrade, Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, que fizesse uma exposição ao Conselho sobre os trabalhos e projetos do órgão que dirige. O Diretor do IEPHA iniciou destacando o entendimento existente entre o Instituto, a Secretaria da Cultura, o SPHAN e, muito especialmente, a Sra. DR do SPHAN. Discorreu sobre a dimensão geográfica e numérica do patrimônio histórico de Minas, as quais, observou, ultrapassam a capacidade de ação do órgão estadual e até mesmo do federal. Neste sentido, sublinhou a importância do conau-

so da comunidade local na preservação dos seus bens culturais, sem o que, acrescentou, não se chegará a um resultado satisfatório. Frisou que a ação do IEPHA tem se desenvolvido no sentido de conjugar sua ação com a da comunidade, acrescentando que através desta participação muita coisa tem sido conseguida. O Presidente retomou a palavra para transmitir uma mensagem da Senhora Ministra da Educação e Cultura, que o fez portador de um abraço aos Conselheiros pela decisão de fazer esta reunião em Minas. Por último registrou os 70 anos do Conselheiro Lourenço Luiz Lacombe, cumpridos no início do mês e também o aniversário, na data, do Coordenador do Programa Nacional de Museus, Rui Mourão. O Secretário José Aparecido, finalizando a reunião, comunicou que o Governador Tancredo Neves teria grande satisfação em, dentro de poucos minutos, cumprimentar os Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual, eu, Maria Eugênia Corrêa Lima, secretária ad-hoc, lavrei a presente ata que subscrevo, juntamente com o Presidente, com os demais membros do Conselho e com o seu Secretário.

Dr. Marcos
Dr. Irapoan

Pedro Calmon
Max Justo Guedes
Gilberto Ferrez
Eduardo Kneese de Mello
Roberto Cavalcanti
José E. Mindlin
Gerardo Britto Cimino
Lourenço Lacombe
Alcídio Mafra

Ata da Centésima Oitava Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Secretaria da Cultura, realizada em 31 de maio de 1984.

Às 14:30 horas do dia 31 de maio de 1984, no salão nobre da Santa Casa da Misericórdia, na cidade de Salvador,